



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Av. Sete de Setembro, 1044 - Bairro Centro - CEP 76801097 - Porto Velho - RO - <https://pgm.portovelho.ro.gov.br/>

PARECER PGM - PGM-GAB/PGM-SPACC

Parecer n.º: 193/SPACC/PGM/2025

Processo n.º: 005.001194/2026-68

Secretaria Interessada: Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

ASSUNTO: Adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços n.º 002/SML/2026/14.133-2021, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP – Processo Adm. n.º 20740/SEMSAU/2025, da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, cujo órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes – RO, visando a aquisição de reagentes para realização de testes de gasometria (com fornecimento dos insumos necessários e equipamento em comodato) para atender as necessidades da Divisão de Laboratório - DIL, por um período de até 12 meses.

Senhor Secretário,

Trata-se de procedimento encaminhado a esta Procuradoria Geral, Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos para fins de análise e parecer acerca da possibilidade jurídica da Adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços n.º 002/SML/2026/14.133-2021, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP – Processo Adm. n.º 20740/SEMSAU/2025, da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, cujo órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes – RO, visando a aquisição de reagentes para realização de testes de gasometria (com fornecimento dos insumos necessários e equipamento em comodato) para atender as necessidades da Divisão de Laboratório - DIL, por um período de até 12 meses., conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência Simplificado – Adesão à Ata de Registro de Preços (ID 0622540).

Para instrução dos autos foram juntados, dentre outros, os seguintes documentos:

- Termo de Abertura n.º 5/SEMUSA-DIL, aquisição de reagentes para realização de testes de gasometria (com fornecimento dos insumos necessários e equipamento em comodato) para atender as necessidades da Divisão de Laboratório – DIL, por um período de até 12 meses, (ID 0453923);
- Ofício n.º 2940/2026/SEMUSA-DIL, solicitação de aquisição de cartuchos para realização de exames de Gasometria Arterial e Venosa (POC) para atender a RUE, (ID 0614942);
- Autorização de Abertura de Processo Administrativo, autorizo a abertura de procedimento administrativo para atender à demanda apresentada pela SEMUSA-DIL para aquisição de cartuchos para realização de exames de Gasometria Arterial e Venosa (POC) para atender a RUE, (ID 0615579);
- Documento de Formalização de Demanda – DFD n.º 0453926/2026–SEMUSA-GAB/SEMUSA-DAF/SEMUSA-DIL, (ID 0453926);
- Notas de Empenho Gasometria – SEMUSA-DIL Exercícios Anteriores, (ID 0453927);
- E-mail de Solicitação de Cotações de Preços Realizadas pela SEMUSA-DIL, (ID 0453929), (ID 0453930), (ID 0453931), (ID 0453932), (ID 0538083), (ID 0546949) e (ID 0537228);
- Estudo Técnico Preliminar – ETP n.º 0164606/2025–SEMUSA-DIL, (ID 0453934);

- Termo de Referência Simplificado n.º 0622540/2026–SEMUSA-GAB/SEMUSA-DAF/SEMUSA-DIL, (ID 0622540);
- Mapa de Riscos n.º 0622547/2026-SEMUSA-GAB/SEMUSA-DAF/SEMUSA-DIL, (ID 0622547);
- Ofício n.º 3007/2026/SEMUSA-DIL e E-mail, solicitação ao órgão Gerenciador Autorização para Adesão/Fornecimento Referente a Ata de Registro de Preço n.º 002/SML/2026/14.133-2021, Processo n.º 20740/SEMSAU/2025 Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0622558), (ID 0654955), (ID 0667718) e (ID 0668230);
- Ofício n.º 17/DGSRP/2025, Autorização do órgão Gerenciador para Adesão/Fornecimento Referente a Ata de Registro de Preço n.º 002/SML/2026/14.133-2021, Processo n.º 20740/SEMSAU/2025 Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0622587);
- Ofício n.º 3009/2026/SEMUSA-DIL e E-mail, solicitação a Empresa PMH Produtos Médico Hospitalares – LTDA, Autorização para Adesão/Fornecimento Referente a Ata de Registro de Preço n.º 002/SML/2026/14.133-2021, Processo n.º 20740/SEMSAU/2025 Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0622564) e (ID 0654963);
- Autorização da Empresa PMH Produtos Médico Hospitalares – LTDA, Autorização para Adesão/Fornecimento Referente a Ata de Registro de Preço n.º 002/SML/2026/14.133-2021, Processo n.º 20740/SEMSAU/2025 Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0622582) e (ID 0664709);
- Edital de Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0623454);
- Termo de Julgamento do Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0623469);
- Termo de Homologação do Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0623474);
- Contrato Administrativo n.º 14/PGM/2026, Processo Administrativo n.º 573/2026(ID 0623481);
- Publicação da Ata de Registro de Preço n.º 002/SML/2026/14.133-2021, Processo n.º 20740/SEMSAU/2025 Pregão Eletrônico n.º 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, (ID 0623485);
- Habilitação Jurídica, Documentos Pessoais e Regularidade Fiscal, (ID 0623494), (ID 0623503);
- Despacho n.º 74/SEMUSA-DIL, encaminhamos o processo em epígrafe para demais providências, (ID 0683662);
- Despacho n.º 246/SEMUSA-NUMAC. DGC, ressalta-se que a Divisão de Laboratório é responsável pela juntada de todos os documentos anexos aos autos e conformidade das informações apresentadas, (ID 0694039);
- Despacho n.º 715/SMCL-DGC – análise processual, encaminhamos os autos ao Departamento de Pesquisa Mercadológica – SMCL para realização da pesquisa de preços e quadro comparativo de preços devidamente certificado quanto à compatibilidade dos preços com o mercado local e que as empresas são do ramo de atividade pertinente ao objeto da despesa, com base nos valores registrados na ata e conforme as especificações e quantitativos do Termo de Referência, (ID 0711295);
- Cotações de Preços Realizadas pelo SMCL-DPM, (ID 0732183);
- Quadro Comparativo de Preços Elaborado pelo SMCL-DPM, (ID 0732199);
- Certidão de Veracidade e Integridade de Informações Pesquisa de Preços e Quadro Comparativo, (ID 0732206);
- Declaração de Ratificação e Validação de Pesquisa de Preços (ID 0732220);
- Check list - Formulário de Conferência de Procedimentos para Cotação de Preços e Quadro Comparativo, (ID 0732366);
- Despacho n.º 185/SMCL-DPM, nos limites da análise que compete a esta secretaria, sem adentrar nos aspectos técnicos nem no juízo de conveniência e oportunidade, encaminham-se os autos à SEMUSA, a quem compete avaliar e decidir quanto à viabilidade da contratação por adesão à Ata de Registro de

Preços, bem como adotar as providências cabíveis e, caso entenda pertinente, promover o encaminhamento à PGM para emissão de parecer jurídico, (ID 0732459);

- Justificativa da Economicidade e Vantajosidade da Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 002/SML/2026/14.133-2021, (ID 0735809);
- Despacho n.º 283/SEMUSA-NUMAC, encaminhem-se os autos ao DIOR/SEMUSA para as devidas providências, (ID 0736633);
- Controle da Execução Orçamentária – CEO n.º 515/2026, (ID 0758259);
- Despacho n.º 530/SEMUSA-DIOR, encaminhamos os autos para elaboração da Nota de Pré-empenho, conforme o CEO n.º 515/2026, (ID 0758322);
- Nota de Pré Empenho n.º 425/2026, de Responsabilidade do SEMEC-DEXO, (ID 0767275);
- Despacho n.º 1086/SEMEC-DEXO, encaminhamos os autos à decisão discricionária dessa secretaria quanto ao prosseguimento da despesa demandada, (ID 0767344);
- Despacho n.º 319/SEMUSA-NUMAC, encaminhamos os autos à Diretoria Executiva de Saúde para Emissão de Parecer Jurídico de análise quanto a dispêndido, (ID 0781842);
- Ofício n.º 5028/SEMUSA-DIEX, vimos por meio deste solicitar a colaboração desta douta PGM para análise e deliberação dos presentes autos, a fim de que seja realizada análise jurídica e emissão de parecer, (ID 0784559).

É o relatório. Passo a opinar.

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PRESENTE PARECER

Registra-se que esta manifestação tomará por base, exclusivamente, elementos constantes dos autos, visto que incumbe a esta Procuradoria Geral do Município – PGM, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico administrativa, assim como os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários.

Importa frisar, pois, que não compete a esta Procuradoria Municipal apreciar as questões de interesse e oportunidade do ato que se pretende praticar, visto que são da esfera discricionária do Administrador, tampouco dos atos técnicos e das especificações e fundamentações de ordem técnicas explicitadas para justificar a celebração do ajuste. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isso sim, a cada um desses observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Desse modo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, os atos normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto.

Ademais, quanto aos atos decisórios praticados com base em delegação de competência, convém destacar que as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado, nos moldes dos arts. 6º e 7º da Lei Complementar Municipal n.º 648/2017.

Vale ressaltar, ainda, que compete a esta Procuradoria – fiel, técnica e exclusivamente – assessorar os entes e órgãos assessorados na tomada de suas decisões, apontando-lhes os embaraços jurídicos eventualmente existentes, e, as opções palatáveis, segundo o ordenamento pátrio, para a consecução das políticas públicas a cargo do organismo assessorado.

Portanto, a atribuição legal do órgão de assessoramento jurídico esgota-se em orientar a autoridade sob o exclusivo prisma da legalidade, exarando peça opinativa que lhe dá plena ciência das recomendações e observações lançadas por esta Procuradoria.

Dessa maneira, a análise em comento tem a função de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

As questões que envolvam a legalidade, de observância obrigatória pela Administração, serão apontadas, ao longo deste parecer, como óbices a serem corrigidos ou superados. O prosseguimento do feito, sem a correção de tais apontamentos, será de responsabilidade exclusiva do gestor, por sua conta e risco.

Sendo assim, repisa-se que qualquer posicionamento contrário por parte da Administração é de sua total responsabilidade e deve ser justificado nos autos. A justificativa de posicionamento contrário ao da Assessoria Jurídica deve, lógica e necessariamente, refutar todos os impedimentos legais levantados por esta Procuradoria.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ressalvados os casos consignados em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mediante critérios estabelecidos em instrumento convocatório próprio.

Neste sentido, estabelece o art. 40 da Lei n.º 14.133/93, que as compras, sempre que possível deverão atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas; **ser processadas através de sistema de registro de preços**; submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado e ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade; balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

À vista destes elementos, o Poder Executivo Municipal regulamentou o sistema de registro de preços por intermédio do Decreto n.º 18.892/2023, estabelecendo que:

DA ADESÃO DO ÓRGÃO E ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

Art. 70. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este Decreto poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

§ 1º Os órgãos e as entidades de que trata o caput deste artigo, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão ou entidade gerenciadora da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º O órgão ou entidade que não participar de todos os itens ou lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais itens ou lotes do mesmo registro de preços.

§ 3º Poderão igualmente utilizar-se da Ata de Registro de Preços, como órgão não participante outras entidades da Administração Pública, observando-se as disposições legais e jurisprudenciais que versam sobre a admissibilidade da adesão entre entes públicos, conforme o caso, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo.

§ 4º Cabe ao órgão gerenciador verificar junto ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, se aceita ou não o fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes.

§ 5º Compete ao órgão não participante, observada a ampla defesa e o contraditório, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 6º Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Art. 71. O órgão ou entidade não participante, deverá observar as regras no que tange ao controle para adesão à Ata de Registro de Preços, conforme limites abaixo estabelecidos:

I – as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o Art. 70 deste Decreto não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou

entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes;

II – o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o Art. 70 deste Decreto não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

§ 1º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o inciso II.

§ 2º A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o inciso II se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art. 72. O ingresso de órgão não participante para a utilização da Ata de Registro de Preços deverá estar isento de possíveis prejuízos aos órgãos participantes, para garantia do cumprimento da obrigação inicialmente assumida pelos licitantes detentores da ata.

Art. 73. Compete ao licitante detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, decidir pela aceitação ou não do fornecimento adicional a órgão não participante, ressalvada a garantia de cumprimento das obrigações anteriormente assumidas em relação aos órgãos participantes.

Assim, existe previsão legal na Lei de Licitações de Contratos Administrativos, bem como no Decreto Municipal que permitem que o Município utilize o referido instituto (carona), contudo, sua utilização deve sempre atender aos princípios gerais da Administração, das licitações, bem como outras orientações doutrinárias e jurisprudenciais que vêm colaborando no aperfeiçoamento desta ágil forma de contratação pelo Poder Público.

No tocante a adesão de item específico de grupo/lote o DECRETO N.º 11.462/2023, que regulamentou o Registro de Preços em âmbito federal, permitiu a possibilidade desde que seja demonstrada vantajosidade para o órgão ou entidade. Senão vejamos:

Art. 13. Na hipótese prevista no art. 12:

(...)

II - a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Outrossim, o Decreto n.º 11.462/2023, que regulamentou o Registro de Preços em âmbito federal, estabeleceu ainda algumas regras gerais a serem observadas para fins de adesão de ata de registro de preço, conforme se infere a seguir:

Art. 31. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei n.º 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

Art. 32. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 31:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Conforme se depreende, para que seja realizada a adesão pelos órgãos não participantes, deve ser realizada consulta e aceitação prévias ao órgão gerenciador, bem como ao licitante detentor da ata (fornecedor), nos

moldes do que descrevem o inciso III c/c §1º do art. 31 do referido Decreto:

Art. 31

(...)

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Por fim, a Corte Estadual de Contas (TCE/RO) motivado a manifestar-se sobre a matéria, exarou inicialmente o Parecer Prévio n.º 59/2010 – Pleno, que posteriormente foi complementado pelo Parecer Prévio n.º 7/2014 – Pleno, onde traça as orientações que deverão ser observadas pelo gestor público antes de deliberar quanto a eventual contratação “via carona”, eis que perfazem verdadeiras condicionantes que devem pautar a ação administrativa, sob pena de não o fazendo ter suas ações questionadas, glosadas, ou até mesmo suas contas rejeitadas pela aludida Corte, vejamos:

1 – A tese prejudgada por este eg. Tribunal de Contas no Parecer Prévio n.º 59/2010-Pleno, no sentido de que aquisições ou contratações adicionais por órgãos e entidades não participantes da licitação não poderiam exceder a 100% dos quantitativos iniciais da ata de registro de preços, na totalidade, independentemente do número de adesões, teve o especial desiderato de estabelecer limites quantitativos para a prática usualmente designada “carona”, porquanto interpretação aligeirada do Decreto Estadual n.º 10.898, de 20 de fevereiro de 2004, poderia conduzir à intelecção de que existiria permissão para adesões irrestritas – conduta administrativa absolutamente inconciliável com os princípios da competitividade, publicidade, igualdade e impessoalidade;

2 – Inovação no ordenamento jurídico, trazida pelos §§ 3º e 4º do artigo 26 do Decreto Estadual n.º 18.340, de 6 de novembro de 2013, atualmente habilita que ocorram aquisições ou contratações adicionais por órgãos não participantes da licitação que não exceda, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo dos itens consignados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, razão pela qual o prejudgamento vislumbrado no Parecer Prévio n.º 59/2010, no que é incompatível com o normativo estadual posterior, perde sua aplicabilidade;

3 – Mantendo-se hígida grande parcela alusiva a condições acautelatórias para a formalização dos procedimentos e aos limites subjetivos para a adesão, mesmo após a edição do Decreto Estadual n.º 18.340/2013, ratificando-se neste ato teses antecipadas no Parecer Prévio n. 59/2010, tem-se que subsiste para a Administração Pública dever de atentar-se para as seguintes orientações:

3.1 – Quando da aquisição de bens ou serviços mediante o instituto adesão à ata de registro de preços por órgão ou por entidades não participantes, com fundamento no art. 86 da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 18.892/2023 e princípios administrativos cogentes, a Administração Pública deve atentar-se, para além das disposições legais que, invariavelmente, se revelem cogentes, às seguintes condicionantes:

- a) aquisições ou contratações adicionais a atas de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) o instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das

adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.;

c) deverá ser previamente demonstrada a viabilidade econômica, financeira e operacional da adesão à ata de registro de preços por outro órgão ou entidade diversa do beneficiário do registro de preços, mediante avaliação e exposição em processo próprio interno, inclusive por meio de cotação de preços (formalismo processual), estendendo-se as mesmas vantagens auferidas pelo gestor da ata;

d) na hipótese de o edital do registro de preços prever o instituto do “carona”, o licitante que pretender fornecer ao “carona” deverá demonstrar sua qualificação técnica e econômica relativamente a esse quantitativo adicional, demonstrando a aptidão também para esse fornecimento;

e) deverá ser comprovada a vantagem para que o “carona” possa usar a ata de registro de preços da qual não tenha participado do certame licitatório, em razão dos preços e condições do Sistema de Registro;

f) a prévia Consulta e anuência do órgão gerenciador da ata de registro de preços, uma vez concedida, deverá indicar os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

g) a aceitação do fornecedor beneficiário da contratação pretendida fica condicionada à demonstração da ausência de prejuízos às obrigações assumidas na ata de registro de preços;

h) deverão ser mantidas as mesmas condições existentes na ata de registro de preço;

i) o prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021, sendo vedadas prorrogações que ultrapassem o prazo fixado nesse dispositivo legal, observando-se, ainda, o quanto dispõe a Decisão Normativa n.º 03/2014/TCE-RO.

A fim de orientar a Administração quanto ao instituto em comento, na instrução do processo de adesão, é necessário que sejam observados e cumpridos os seguintes requisitos:

a) o processo administrativo deverá ser devidamente autuado, protocolado e numerado;

b) o Ordenador de Despesas deverá justificar a necessidade da contratação e autorizar a realização da despesa;

c) o processo administrativo deve ser instruído com a previsão dos recursos orçamentários, identificando-se, para cada uma das requisições (caso haja mais do que uma), as respectivas rubricas (natureza de despesas, fonte dos recursos);

d) deverá ser apresentado Termo de Referência, ainda que simplificado respeitando as mesmas condições postas nos termos de referência da licitação, no qual será suficiente a inclusão das justificativas da contratação ou aquisição, a descrição dos produtos ou serviços a serem fornecidos, bem como a forma, prazos e condições desse fornecimento, uma vez que tais prazos e condições são próprios do órgão carona e diferem daqueles fixados pelo órgão gerenciador. Tal documento deverá ser aprovado pelo Ordenador de Despesa, quando este considere que o mesmo contém as informações suficientes para a contratação;

e) deverá ser feita a juntada da ata de Registro de Preços devidamente homologada e publicada (para confirmação da validade), além dos comprovantes de prévia consulta ao órgão gerenciador e ao fornecedor dos bens ou serviços, acompanhados do respectivo aceite;

f) Requerer junto a empresa Detentora da Ata a apresentação de documento que comprove ou declare a inexistência de prejuízos às obrigações presentes e futuras assumidas junto ao Órgão Gerenciador da Ata, com vistas a demonstrar a sua aptidão para o fornecimento adicional.

g) Requer junto ao Órgão Gerenciador da Ata documento mediante o qual seja possível aferir a observância dos limites legais estabelecidos para a “carona”.

h) os autos deverão ser instruídos com pesquisa de preços para comprovar a vantagem econômica da adesão,

mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros: Portal de Compras Governamentais //www.comprasgovernamentais.gov.br; pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou pesquisa com os fornecedores;

i) A Secretaria deverá juntar a Justificativa da Vantajosidade da Adesão; e

j) Deverá estar devidamente comprovado no processo administrativo que o fornecedor registrado na ata de registro de preços mantém as mesmas condições de habilitação exigidas no edital da licitação, conforme art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

No aspecto formal, visualiza-se que o processo administrativo está devidamente autuado, protocolado e numerado, conforme preconiza a Lei n.º 14.133/2021.

Da análise holística dos autos, em relação a observância dos requisitos legais mencionados acima, constata-se que estes **foram parcialmente cumpridos pela SEMUSA devendo:**

a) Providenciar atualização das regularidades Fiscais da empresa selecionada, visto que algumas das certidões que constam nos autos encontram-se vencidas; Promover elaboração da Nota de Empenho da despesa e/ou em caso de contrato, providenciar a elaboração e o envio da respectiva minuta no email pgmconveniosecontratos@gmail.com para análise e elaboração do contrato definitivo, a qual deverá estar alinhado com as informações do Termo de Referência, bem como, contemplar, as cláusulas previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

b) realizar a consulta e juntada do CEIS e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP da pretensa contratada; c) seja, juntados aos autos a Declaração relativa ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, da empresa selecionada;

c) Ressalta-se, porém, que apesar da Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, cujo órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Ariquemes - SEMSAU, ter autorizado a carona, e os apontamentos elencados acima serem passíveis de saneamento, destacamos que a cópia do Edital do PE n. 90131/2025/PREGÃO/SML/PMA-DGSRP em seu anexo I (Apêndice IV do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preços [ID 0623454]) SOMENTE previu a possibilidade de adesão para as Secretarias municipais da Prefeitura de Ariquemes que não tenham participado do procedimento poderão aderir à referida ARP, regramento este que, por exclusão, inviabiliza a órgão e entidades desta Administração Municipal aderirem, vejamos:

"CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata."

Conforme **Notificação Recomendatória Circular n.º 02/2025/GPWAP de 14 de julho de 2025, a adesão à Ata de Registro de Preços só poderá ser possível desde que a previsão de**

carona encontre-se expressamente previsto no Ato Convocatório que deu origem a respectiva ARP, vejamos:

I. Nos procedimentos de contratação por adesão a atas de registro de preços, na condição de órgão ou entidade não participante, observem os seguintes procedimentos, a saber:

II. A possibilidade de adesão à ata de registro de preços (carona) deve constar expressamente como cláusula editalícia ou na própria ata, nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação. Assim, sugerimos que a SEMUSA diligencie junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes-RO, cujo órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes – RO, se a referida ata foi objeto de alguma retificação posterior a sua publicação ampliando a possibilidade de adesão para a Administração Pública Municipal. **Caso contrário, não recomendamos a adesão a referida ata de registro de preços, visto que a regra prevista no edital deve ser observada por todos, sob a ótica do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.**

CONCLUSÃO

Ante o exposto, **desde saneados os apontamentos acima**, e uma vez resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Administrador, nos limites da Lei, e as valorações de cunho econômico-financeiro, ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, essenciais até mesmo para a devida atuação dos órgãos de controle, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Caso o Ordenador de Despesa delibere pela continuidade do presente procedimento de adesão **deverá adotar ainda as seguintes providências:**

- a) Em atenção ao Decreto Municipal n.º 18.892/2023 e suas alterações, recomendamos que a Secretaria de Origem promova a emissão e publicação do Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços devidamente assinado pelo ordenador de despesa;
- b) A empresa que será contratada deverá estar plenamente habilitada, comprovando, com toda a documentação pertinente, inclusive junto a Justiça do Trabalho, (consoante Título VII – A, artigo 642 A da CLT), a regularidade junto ao Município, Estado e União, as quais deverão ter sua autenticidade conferida por meio da Tecnologia da Informação (Internet);
- c) Que todos os documentos juntados por meio de fotocópias, mesmo os autenticados digitalmente, sejam devidamente conferidos por meio de servidores desta Administração;
- d) Promover a elaboração e juntada da respectiva nota de empenho. Em atenção ao Decreto Municipal n.º 18.892/2023 e suas alterações, recomendamos que a Secretaria de Origem promova a emissão e publicação do Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços devidamente assinado pelo ordenador de despesa;
- e) Requerer junto a empresa Detentora da Ata a apresentação de documento que comprove ou declare a inexistência de prejuízos às obrigações presentes e futuras assumidas junto ao Órgão Gerenciador da Ata, com vistas a demonstrar a sua aptidão para o fornecimento adicional.

Para fins de contratação a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA deverá adotar preferencialmente o instrumento de contrato previsto do edital de licitação quando for obrigatório em razão do valor, devendo ser realizada as adequações necessárias. Não havendo minuta originária ou, em não sendo obrigatória a celebração de contrato, fica facultado a Administração utilizar-se de algum dos instrumentos previstos no art. 92 da Lei n.º 14.133, de 2021, tais como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços. Contudo esta contratação deverá ser instrumentalizada por meio de empenho, conforme previsão no Termo de Referência, de acordo com o (ID 0622547).

Ressaltamos que este Parecer não abrange etapas já realizadas, portanto esta manifestação jurídica tem efeito apenas para as etapas realizadas após sua assinatura.

Por fim, este órgão de assessoramento jurídico ressalta à presente unidade administrativa que a adesão de atas de registro de preços de outros órgão da administração (carona) deve ser adotada com cautela e em casos excepcionais, não podendo ser utilizada indiscriminadamente, em substituição a regra ao dever de licitar, pois tal conduta poderia relevar uma possível falha de planejamento, resultando em eventuais responsabilizações.

A adesão deve ser utilizada apenas quando a licitação própria se mostrar inviável ou significativamente menos vantajosa, garantindo a eficiência sem comprometer o rigor da lei. Isto posto, tal análise de mérito deve ser realizada caso a caso pela autoridade competente, segundo a conveniência e oportunidade administrativa que a norma lhe confere.

Desta forma, os autos deverão ser encaminhados a **SEMUSA** para conhecimento e providências cabíveis.

É o parecer. S.M.J.

Porto Velho-RO, 15 de abril de 2026.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Salatiel Lemos Valverde, Procurador(a)**, em 22/04/2026, às 08:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0792765** e o código CRC **2ECE269D**.